

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0023683159/2024 - SAMA.UCP.CASERF

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo para Contratação por empreitada de empresa especializada na prestação de **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** a serem executados nos Cemitérios e Ossários Públicos, do Município de Joinville, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas.

O município de Joinville conta, atualmente, com 10 (dez) cemitérios e 1 (um) ossário que são administrados pelo poder público municipal, responsável pela manutenção e conservação dos referidos bens públicos.

Atualmente a conservação dos cemitérios municipais é realizada por empresa terceirizada, no entanto, o presente contrato não supre todas as necessidades específicas do setor.

Considerando que é de suma importância que espaços públicos, dentre os quais, os cemitérios municipais, sejam mantidos limpos e seguros.

Considerando ainda que, a administração pública municipal não possui equipe técnica suficiente que atenda esta demanda a todos os espaços públicos municipais.

Considerando que os cemitérios municipais são vastas áreas, milhares de túmulos, vegetações rasteiras e arbóreas e com alta demanda de visitação em todas as épocas do ano.

Considerando que é um serviço que requer tratamento adequado de conservação, transporte de entulho, caçamba para descarte além de outras peculiaridades pontualmente necessárias aos cemitérios, deflagra-se o presente processo de contratação.

A prestação deste serviço é um serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024.

A presente contratação está abarcada no Plano Plurianual conforme demonstrado no termo de referência, na ação nº 2.3368 - Manutenção de cemitérios públicos - SAMA do Plano plurianual - PPA 2022-2025 (0010300529, 0018314831).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos

constantes no Termo de Referência:

3.1 - Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa;

3.2 - Entregar a Contratante e manter atualizado o telefone do preposto e e-mail de contato.

3.3 - A equipe deve ser habilitada para o serviço a ser prestado.

3.4 - Zelar pelas boas práticas, dentro dos locais públicos

3.5 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

3.6 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

3.7 - A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, pregos, parafusos, fitas, colas e outros necessários à execução dos serviços;

3.8 - Cabe a CONTRATADA fornecer os materiais e insumos necessários para a prestação dos serviços.

3.9 - Arcar com o transporte pessoal e de todo o material necessário à execução do serviço.

3.10 - A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da administração.

3.11 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual– EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

3.12 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências dos locais de execução dos serviços, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar.

3.13 - Os deslocamentos entre cemitérios serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus quaisquer a CONTRATANTE.

3.14 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 2 (duas) horas, após notificada, o(s) produto(s)/equipamento(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

3.15 - Caso a CONTRATANTE constata qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

3.16 - Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após recebimento da notificação do CONTRATANTE, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público

3.17 - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas, patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros;

3.18 - Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da instalação/realização dos serviços;

3.19 - A CONTRATADA será responsável pela destinação de todos os detritos, resíduos

e entulhos de construção civil oriundos dos cemitérios, devendo apresentar o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, devidamente preenchido, com a identificação e o aceite do local de destinação final dos resíduos, bem como o Certificado de Destinação Final do resíduo, em cumprimento à legislação ambiental.

3.20 - Os resíduos orgânicos e lixo comum serão descartados pela CONTRATADA, e o MTR para esse descarte será fornecido pela CONTRATANTE.

3.21 - A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas, para garantir a segurança dos visitantes;

3.22 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço;

3.23 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

3.24 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros;

3.25 - A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

3.25.1 - Esta é uma etapa essencial para garantir a execução eficiente e adequada das atividades contratadas. Esse procedimento permite ao contratante e ao contratado obter um entendimento profundo das condições específicas do local, identificando quaisquer características ou desafios que possam impactar a realização dos serviços. A visita prévia assegura que todas as partes envolvidas estejam cientes das condições reais do ambiente, minimizando surpresas e imprevistos durante a execução.

3.25.2 - A realização de vistoria prévia visa garantir que os potenciais prestadores de serviços possam apresentar propostas mais precisas e realistas, alinhadas com as condições reais do local, favorecendo uma melhor alocação dos recursos e planejamento e também promovendo a confiança e a conformidade entre as partes, resultando em um contrato mais eficaz e eficiente.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

2.1 - Os quantitativos foram definidos de forma que atendam a demanda dos 10 (dez) cemitérios públicos municipais, o ossário municipal e capela mortuária, mediante análise criteriosa dos serviços já prestados anteriormente, estudo das demandas identificadas ao longo dos dois últimos anos, bem como uma avaliação *in loco* da necessidade de cada cemitério, para estabelecer quais serviços deveriam constar nessa contratação:

Item	Código	Especificação do serviço	Unidade	Quantidade
1	41787	Roçada manual ou mecanizada de áreas	m²	5.314.083,36

2.2 - De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados:

2.2.1 - Os documentos das contratações realizadas no ano de 2022 Termo de contrato nº 1199/2022 (22.0.427807-0) conforme pode ser constatado no documento nº 0016996175;

2.2.2 - As áreas totais dos equipamentos públicos a serem atendidos, aplicadas as devidas correções para levantamento da área para pleno atendimento à demanda;

2.2.3 - As áreas levantadas podem ser verificadas nos documentos referentes ao georreferenciamento constantes nos anexos 0022343339, as planilha de cálculos com as correções pode ser verificada no anexo 0022343333;

2.2.4 - Para chegar ao quantitativo indicado neste documento e no Termo de Referência, verificou-se o serviço prestado na contratação anterior supracitada, considerando que o serviço seja prestado duas vezes por mês, aproximadamente, em cada cemitério, o que multiplicando a área total pela quantidade de prestações e pela quantidade de meses a ser realizada a contratação, resulta no quantitativo especificado no presente ETP e no Termo de Referência.

2.3 - O Atestado de capacidade técnica deverá comprovar a execução de serviço compatível com 10% do objeto da contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou seja totalizando 10 % da área total dos cemitérios a serem limpos.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- Absorção do serviço pela administração municipal:

Considerando que não há mão de obra no quadro de servidores públicos ativos que possam suprir essa demanda, e uma das alternativas seria a contratação de zeladores através de concurso público, porém não abrangeria todas as necessidades, apenas a parte de mão de obra e portanto seriam necessária contratações específicas para a retirada dos entulhos e aquisição de equipamentos. Esses equipamentos necessitariam de reparos, o que geraria mais gastos públicos.

- Contratação de empresa especializada que atenda todos os serviços solicitados:

Considerando que tratam-se de **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** a serem executados nos Cemitérios e Ossários Públicos, do Município de Joinville, que o serviço apesar de comum possui especificidades como por exemplo: roçadas entre túmulos, que são espaços pequenos, ao contratar uma empresa especializada, a mesma realizará todas as etapas necessárias para a manutenção e conservação das áreas cemiteriais, incluindo materiais necessários.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos tragos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público a Contratação por empreitada de empresa especializada na prestação de **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** a serem executados nos Cemitérios e Ossários Públicos, do Município de Joinville, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

3.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

3.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ **177.136,11** , mensais, totalizando **R\$ 2.125.633,34** pelo período de 12 meses de acordo com o sistema G-Obras.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a Contratação por empreitada de empresa especializada na prestação de **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** a serem executados nos Cemitérios e Ossários Públicos, do Município de Joinville, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O objeto da contratação não é passível de parcelamento, tendo em vista se tratar de item único.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se a manutenção e o asseio das áreas públicas contribuindo para que a municipalidade seja atendida e consequentemente o interesse público.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstos a manutenção das áreas públicas que serão atendidas com a presente contratação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Previamente à celebração do contrato decorrente do presente processo a unidade tomará as devidas providências a fim de que o respectivo cumpra-se de forma eficaz e para que a municipalidade e o interesse público sejam atendidos da forma mais eficiente possível, presentes na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência:

- Avaliação das áreas com necessidades de atenção específica;
- Avaliação da situação encontrada atualmente com a identificação dos pontos que necessitam de melhoria;
- Avaliação dos impactos trazidos pela presente contratação e das possíveis ações mitigadoras;
- Avaliação de experiências anteriores a fim de identificar lições aprendidas, boas práticas e áreas de melhoria e adaptação;
- Levantamento e orientação dos servidores que farão parte do acompanhamento e fiscalização do contrato firmado.

Esse *rol*, no entanto, não é taxativo, pois o poder público constantemente trabalha para melhoria de sua atuação no processo de contratação, contudo, impossível listar todas as providências a serem tomadas uma vez que a administração deve se adaptar às necessidades momento da contratação, não excedendo o escopo do contrato e de sua atuação.

Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser contratado, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, o princípio da segregação de funções será observado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

Foi realizada consulta no Consórcio CINCATARINA mediante o endereço eletrônico “https://gescon.cincatarina.sc.gov.br/ReportPages/rpt_pubprecosregistrados.aspx?skin=Bootstrap” no entanto a pesquisa não retornou nenhum resultado. O mesmo insucesso ocorreu na consulta ao Consórcio CIM-AMUNESC por meio da aba Licitações no endereço eletrônico <https://cimamunesc.sc.gov.br/>.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando tratar-se de contratação que envolve **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** realiza-se a análise de possíveis impactos e suas medidas mitigadoras:

- Contaminação do solo e da água: tendo em vista a utilização de produtos químicos na execução dos serviços, portanto a empresa contratada deverá efetuar a utilização de produtos ambientalmente seguros.
- Poluição do Ar: pela emissão de gases de escape dos equipamentos utilizados, portanto a empresa deverá utilizar os equipamentos com baixa emissão de poluentes.
- Geração de resíduos: está ligada de forma direta ao objeto da presente contratação, pois é inerente do processo de roçada a geração de resíduos vegetais, contudo a coleta e devida destinação dos resíduos também está abrangida na contratação que se pretende realizar.
- Produção de ruídos: A operação dos equipamentos pode gerar eventual incomodo nos arredores onde estão sendo utilizadas, por isso a empresa contratada deverá respeitar os horários e os limites de ruído para a operação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) Identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Risco 1 - Licitação restar deserta ou fracassada.

b) Análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência o não atendimento das necessidades da administração pública e dos munícipes usuários do serviço público.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência	3

Provável	razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) Avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) Tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de divulgação do edital para que os fornecedores possam ter conhecimento do certame.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		

2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Conclusão: Assim, para atender a necessidade da municipalidade e considerando tratar-se de um serviço específico e que requer tratamento adequado de conservação, transporte de entulho, caçamba para descarte além de outras peculiaridades pontualmente necessárias aos cemitérios e, com base nas informações técnicas constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como pelo levantamento de mercado, considerando as opções disponíveis para solução da demanda, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução apresentada no presente Estudo Técnico Preliminar, qual seja, a Contratação por empreitada de empresa especializada na prestação de **Serviços de Roçada manual ou mecanizada de áreas** a serem executados nos Cemitérios e Ossários Públicos, do Município de Joinville, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas, pois irá proporcionar o pleno atendimento das necessidades de manutenção e conservação dos cemitérios municipais, vez que essa alternativa se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Candido Bento, Gerente**, em 28/11/2024, às 10:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Esthefani Cristine Lopes da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 28/11/2024, às 11:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 28/11/2024, às 16:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023683159** e o código CRC **5A80546A**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br